

PFL e PMDB vão jogar com as emendas-bode

As propostas são descartáveis, mas podem forçar a negociar e apressar os acordos

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Na busca de forçar negociações e apressar os acordos em torno da votação do segundo turno, os líderes do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, e do PFL, José Lourenço, admitiram ontem que estão preparando um bloco de sugestões que servem muito mais aquele objetivo do que correspondem à necessidade de tentar a aprovação em plenário. São as emendas-bode, como define Jobim, enquanto Lourenço adotou códigos para as 73 emendas do seu partido: SSS são as inegociáveis; SS — as negociáveis; e as S, as que correspondem ao bode.

Os dois líderes voltam a conversar hoje à tarde em torno de possíveis acordos, algo que Jobim só acha viável depois da apresentação formal de emendas. No Centrão, ontem, uma parte da cúpula do grupo voltou a examinar as 43 emendas já selecionadas, mas eles querem primeiro garantir com os colegas a apresentação dos textos, já que cada constituinte só pode fazer um máximo de quatro emendas no segundo turno. Há praticamente consenso em todas as lideranças de que alguns temas serão votados em bloco, como a supressão da jornada de trabalho de seis horas, o voto aos 16 anos, o tabelamento de juros e a licença paternidade.

O deputado Nelson Jobim preferiu distribuir a tarefa de selecionar material para as emendas a grupos de constituintes, mantendo a mesma divisão adotada por seu antecessor, que contava com eles para faci-

litar o trabalho. Ele recebe as sugestões amanhã pela manhã e, na hora do almoço, levará ao presidente Ulysses Guimarães, para iniciar um debate que prossegue no sábado com os líderes do PMDB na Câmara e no Senado.

Todavia, lembrou Jobim que o fato de selecionar e apresentar emendas não corresponde a uma decisão final, que só chega conforme o desenrolar das negociações para a votação em plenário. Ele pretende ainda conversar no final de semana com os partidos de esquerda, visando à formalização de acordos, já que, no seu entender, o regimento permite que façam um pacote de destaques para rejeitar e outro para aprovar. Com isso, apressaria os trabalhos e ajudaria o presidente do PMDB que quer promulgar o quanto antes a nova Carta.

Jobim acredita ainda que através de acordos de liderança seja fácil inclusive corrigir a redação de uma ou outra emenda e até modificar conteúdo, desde que fique acertada a necessidade de uma solução como essa. O deputado não tem ainda idéia sobre o que o PMDB pretende emendar, mas está seguro de que com o quorum baixo — “Não serão mais de 340 a 400 presentes daqui para frente” — dificilmente mudarão coisas substanciais.

As lideranças trabalham com cuidado na seleção das emendas. José Lourenço revelou que o PFL, além das emendas que aposta no consenso, pretendem acabar com a igualdade dos direitos entre trabalhadores com vínculos permanentes e o trabalhador avulso, der-

rubar a estatização do serviço de gás, eliminar prioridades para os produtos de empresas nacionais, terminar com o monopólio da mineração, suprimir a proibição de contratos de risco, derrubar a nacionalização dos sistemas de saúde.

No grupo de emenda bode, o PFL selecionou, por exemplo, a supressão do parágrafo 3º do artigo 6º, que garante ao preso o direito a identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial; e vários incisos do artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Mas não abre mão de negociar a imprescindibilidade das ações trabalhistas para os trabalhadores rurais.

No grupo de emendas “inegociáveis”, o PFL incluiu a retirada do artigo 125, inciso VII, que beneficia a Ordem dos Advogados do Brasil porque entende que isso é corporativismo; o monopólio da mineração, e o tabelamento de juros. Mas admite negociar a definição de função social, no artigo que trata da reforma agrária.

Sem o entusiasmo que caracterizou sua ação no primeiro turno, o Centrão não escondia ontem preocupação com algumas manobras de integrantes do próprio grupo contra as emendas pré-selecionadas para a fase do segundo turno. E que a limitação da apresentação de quatro emendas por constituinte poderá inviabilizar muitas das propostas centristas, já que o líder do PFL, José Lourenço, por exemplo, se antecipou e tem compromisso de muita gente da bancada com suas emendas.

YUUGI MAKIUCHI



Trinta entidades empresariais, de todos os setores, definiram 24 questões como “inegociáveis”

Secretários apoiam reforma

A luta pela reforma agrária, o item que menos avançou na Constituinte, na ótica dos trabalhadores, ganhou ontem um aliado importante: o Fórum Nacional dos Secretários de Estado do Trabalho. Quase todos eles enfrentam situações dramáticas nos seus territórios devido à estrutura agrária arcaica e concentradora. Eles acham que o texto da futura Constituição pode ficar ainda mais conservador que o Estatuto da Terra e foram prestar apoio, ontem, à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura — Contag.

Segundo os secretários, que tiraram documento formal em defesa de uma ampla reforma agrária, nenhum País no mundo conseguiu superar sua crise e chegar ao desenvolvimento sem democratizar o acesso à terra e disciplinar seu uso. Eles constataram que a estrutura fundiária brasileira é o que há de mais atrasado e injusto entre as nações, inclusive as subdesenvolvidas e as de economia capitalista.

CONSEQUÊNCIAS

O presidente da Contag, José Francisco da Silva, agradeceu o reforço ao movimento que lidera na Constituinte, ao lado de entidades como a CUT, MST, Ibase, Abra, CPT, Inesc e Diap, e atribuiu a violência que cresce descontroladamente nas cidades ao êxito forçado pela atual estrutura fundiária. Disse que os 100 maiores proprietários de terra possuem sozinhos 35 mil-hoes de hectares, mais do que 60 por cento do universo das pequenas médias propriedades juntas.

Empresários fixam os 24 alvos

No segundo turno de votação da Constituinte os empresários estão contando com o prestígio do deputado Ulysses Guimarães, para colocar número suficiente de parlamentares em plenário; com o apoio do Governo nos pontos em que seus interesses coincidem; e com a pressão que os presidentes das federações estaduais exercerão sobre cada bancada separadamente. Reunidos ontem na sede da Confederação Nacional da Indústria, cerca de trinta entidades — incluindo indústria, comércio, bancos, agricultura e saúde, acabaram homologando os 24 pontos considerados fundamentais para a categoria, e que foram elaborados pela Comissão de Assuntos Legislativos da CNI.

O presidente da Comissão, Rui Altenfelder, ressaltou como inegociável a supressão do texto do artigo que limita em seis horas o trabalho realizado em turnos ininterruptos. Querem, ainda, a equiparação do prazo de prescrição das ações trabalhistas do campo e da cidade; retirar a definição de empresa nacional e todos os dispositivos que de alguma forma limitam a atuação da iniciativa privada. Ele negou, entretanto, que o empresariado esteja disposto a formar

caixinha para mudar votos em plenário. Segundo ele a decisão final caberá aos constituintes e os empresários trabalharão apenas no nível do convencimento.

A anistia fiscal não entrará na lista dos interesses gerais dos empresários. Essa questão será trabalhada individualmente pelo setor interessado, assim como demais assuntos específicos, como o da propaganda. As licenças paternidade e maternidade também não entraram no rol das prioridades. Isso porque os empresários resolveram atacar apenas os assuntos que poderão não alcançar unanimidade em plenário. Para eles, as duas licenças, que passaram com margem expressiva de votos, deverão cair agora, quando “deverá prevalecer a racionalidade e não a emoção”, como fez questão de frisar Altenfelder.

Altenfelder disse também que se os empresários fossem fazer emendas para todos os pontos que contrariam o setor, as emendas seriam significativamente aumentadas. Além das 24 confirmadas ontem, o grupo deverá apresentar mais de 200, contemplando praticamente todo o projeto constitucional, considerado como “dádívoso”. Se con-

seguirem a maioria dos votos, os trabalhadores começarão a perder logo no início do texto, com a supressão do artigo que assegura a aplicação imediata dos direitos sociais.

O empresariado entende que esses direitos conquistados com a Carta somente devem entrar em vigor após a elaboração das legislações ordinária e complementar — pelos cálculos elas poderão levar de 2 a 5 anos para serem votadas. Além do já citado, consta na lista negra dos empresários, as férias remuneradas com “pelo menos um terço” a mais do que o salário normal; o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço.

Está ainda na mira da classe empresarial o direito amplo de greve; a estatização definitiva das telecomunicações e da distribuição de gás canalizado, a uniformização da jurisprudência trabalhista pelo Tribunal Superior do Trabalho; impedir que a Justiça do Trabalho estabeleça normas e condições de proteção ao trabalho; alcançar imunidade tributária para as entidades sindicais patronais; eliminar o adicional do imposto de renda sob ganho de capital; retirar o imposto sobre fortuna contemplado pelo projeto.

Líderes não esperam entendimento

O PMDB foi como “um grande ouvinte”, o PFL não sabia do objetivo do convite; os partidos de esquerda até se dispuseram a “trocar algumas idéias” sobre os métodos de votação do projeto constitucional em segundo turno; o PSDB não deu certeza de seu comparecimento. Este era o quadro preliminar do encontro marcado pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mas o qual compareceram ontem todos os líderes partidários com assento na Assembléia. O único item da pauta, adiantado pelo anfitrião, foi jantar, motivo para uma reunião que o prato principal acabaria sendo a etapa final da elaboração da nova Carta.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), com uma lista de mais de 20

itens que serão objetos de emendas supressivas dos membros de sua bancada, já se preparava para as conversações. Este conjunto de propostas, no entanto, será discutido com cada líder separadamente, como anunciou Lourenço, para depois ser formulada uma posição do partido.

Se o jantar de Ulysses Guimarães, tentou reproduzir as reuniões preliminares das negociações empreendidas pelos líderes durante a votação em primeiro turno, foi em vão. Esta fase já passou, como lembrou ontem o vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP). “Não há possibilidade de acordos sobre o mérito das matérias nesta etapa. Como vamos nos entender se o Centrão quer suprimir para pior e nós para melhor?”, ironiza. A

troca de idéias, durante o jantar, teria que ser mesmo sobre os critérios e o método da votação, nunca sobre o mérito das questões, como salientou ainda o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE).

Pensando melhor, Genoino arriscou uma proposta de acordo com o Centrão (que em geral quer excluir do projeto tudo o que a esquerda tentará assegurar no texto): “Se eles quiserem, abrimos mão, por exemplo, do tabelamento dos juros em 12 por cento, desde que eles nos concedam uma reforma agrária para valer”, brincou. Ele concorda no entanto, assim como o vice-líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RS), que nesta fase “não teremos muito o que suprimir; temos sim o que defender”.